

## **Subalternidade e resistência: perspectivas feministas decoloniais a partir da página do Facebook *Eu empregada doméstica*.**

**Marina Oliveira Guimarães<sup>1</sup>**

### **Resumo**

O presente trabalho analisa histórias de vidas contadas por domésticas na página do Facebook *Eu empregada doméstica* com o objetivo de compreender esse espaço como um coletivo capaz de revelar micro-resistências presentes no cotidiano dessas mulheres e resignificar a representação construída histórica e socialmente no Brasil sobre essas trabalhadoras. A partir do critério de visibilidade, foram analisadas as postagens com maior número de manifestação e os seus respectivos comentários no período de 21 de agosto de 2017 a 21 de março de 2018. A análise é teoricamente orientada pela perspectiva do feminismo decolonial e parte do conceito de *locus fraturado* elaborado por Lugones (2014), para quem o processo de violência colonial é ambivalente por encerrar, juntamente com a opressão, resistências que fraturam esse locus e revelam subjetividades ativas.

**Palavras-chave:** empregadas domésticas, feminismo decolonial, resistência, subalternidade.

### **Abstract**

The present work analyzes the life stories told by the housekeepers on the Facebook page *Eu empregada doméstica* in order to understand this space as a collective capable of revealing the micro-resistance present in the daily life of these women and resignify the historical and socially constructed representation of these workers. Based on the criterion of visibility, the posts with the greatest number of manifestations and their respective comments were analyzed from August 21, 2017 to March 21, 2018. The analysis is theoretically guided by the perspective of decolonial feminism and the concept of the *fractured locus* by Lugones (2014), for whom the process of colonial violence is ambivalent because it encompasses resistances to oppression that fracture this locus and reveal active subjectivities.

**Keywords:** domestic workers, decolonial feminism, resistance, subalternity.

---

<sup>1</sup> Estudante do Programa de Doutorado em Estudos Feministas oferecido pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em colaboração com o Centro de Estudos Sociais.



## **Introdução**

As estruturas hierárquicas impostas pela lógica escravista colonial brasileira ainda marcam a vida social das empregadas domésticas.<sup>2</sup> Esse fato é revelado por serem essas trabalhadoras pobres, com baixos salários e falta de reconhecimento social, possuírem menor proteção jurídica em relação aos demais trabalhadores e, em sua grande maioria, serem negras. (Bernardino-costa, 2015).

O feminismo hegemônico, ao constituir-se a partir de uma categoria universal de Mulher, se torna insuficiente para perceber de que maneira as relações coloniais foram e são operacionalizadas e materializadas na construção da subjetividade das domésticas. Um olhar a partir do feminismo subalterno pode revelar a história de exclusão dessas mulheres, lugares de fala e saberes antes excluídos por um padrão hegemônico eurocentrado.

O conceito de *locus fraturado* elaborado por María Lugones (2010) sinaliza que todo processo de violência colonial é um processo em que há opressão, mas também resistências que fraturam esse locus e revelam subjetividades ativas. Partindo desse conceito, o trabalho analisará a página do Facebook *Eu empregada doméstica* e buscará compreender e identificar como e se são potentes as narrativas postadas nesse espaço para abrir fissuras e inscrever reexistências a partir de processos de micro-resistências das domésticas.

A primeira parte do ensaio, intitulada “Feminismo Subalterno” situa teoricamente as empregadas domésticas nesse campo de estudos. Posteriormente, analisa-se a construção da subjetividade das domésticas no Brasil. Por fim, seleciona-se algumas postagens e comentários postados na página virtual para refletir se ela representa um espaço de resistência e voz dessas subalternas.

## **Feminismo subalterno**

Na década de 1980, os trabalhos de Gayatri Spivak (2010 [1988]) “Pode o subalterno falar?” e de Chandra Mohanty (2008 [1986]), “Bajo los ojos de occidente. (...)”, denunciaram que a produção intelectual, incluindo a feminista, que contestava o Sujeito patriarcal e imperial acabava por reafirmar e construir uma representação

---

<sup>2</sup> A opção pelo uso do termo “empregada doméstica” possui uma conotação política. Considerando que as próprias empregadas assim se intitulam, como visto no título da página *Eu empregada doméstica*, essa parece ser a escolha que promove maior visibilidade à maneira como essas mulheres se reconhecem.

estereotipada de Mulher do Sul como sujeito monolítico, como um grupo coeso e homogêneo.

Ao propor uma análise discursiva crítica de textos feministas ocidentais, Mohanty afirmou que a produção científica e cultural acadêmica de mulheres do Norte sobre mulheres do Sul produz uma subjetividade marginal que as representa apenas como vítimas da violência masculina, do processo colonial, do sistema familiar árabe, do desenvolvimento econômico ou do código islâmico. (Mohanty, 2008).

O processo de vitimização dessas mulheres acaba por as caracterizar como subdesenvolvidas, atrasadas, pobres e não-escolarizadas, além de erradicar as realidades históricas e materiais específicas dessas mulheres, apagando diferenças, complexidades e heterogeneidades de suas vidas. Provocam, ainda, um silenciamento dos processos para além da subordinação, ignorando as suas experiências e suas possibilidades de resistir.

Os discursos feministas do Norte, embora muitas vezes bem intencionados, promovem ainda uma ideia simplista da situação das mulheres consideradas subalternas e das lutas por elas promovidas ao lhes impor soluções “salvadoras”. Essas soluções, traduzidas por modelos emancipatórios normativos, desconsideram as experiências vividas por essas mulheres, reduzem qualquer possibilidade de aliança e produzem uma Mulher Outra, como uma nova forma de colonização. (Martins, 2016: 7).

Esses discursos estruturam e funcionam numa relação de poder que encerra todas as lutas em uma relação binária, de um lado quem tem poder e de outro quem não tem, como as subalternas. (Mohanty, 2008). Essa relação de poder ainda é geradora de um processo em que se subalterniza esses sujeitos em uma dimensão epistemológica como não capazes de gerar conhecimento.

Ultrapassando a demarcação geográfica/territorial Norte/Sul, parte dos estudos feministas pós-coloniais apoiam-se na categoria da subalterna como posição global e local, identificada pelo lugar que é atribuído ao sujeito na hierarquia social em cada contexto, independente do lugar geográfico em que se está. Assim, as subalternas são mulheres em situações de marginalização dentro de contextos globais, as Outras do Norte, ou em contextos locais, as “Outras das Outras”. (Mohanty, 2008).

Para Bahri (2013), os estudos feministas pós-coloniais surgiram como forma de resposta à ausência ou impossibilidade de representação das mulheres a partir da reivindicação de um espaço no qual essas vozes possam ser ouvidas. Spivak (2010) atesta que, ao falar pelas mulheres, nem sempre fala-se pelas marginalizadas ou pelas silenciadas em geral.

Os movimentos de mulheres negras mundo afora também passaram a denunciar o feminismo hegemônico, que ao universalizar a categoria mulher, deixaram de considerar as intersecções como raça, classe social, identidade de gênero, orientação sexual dentre tantas outras possibilidades de ser mulher. (Lugones, 2014).

Não descolados dessa realidade, os estudos sobre as subalternas no Brasil são enfatizados pelo feminismo negro. Movimentos sociais e acadêmicos passaram a afirmar uma “perspectiva feminista negra que emerge de uma condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre” (Carneiro, 2003: 118), articulando a luta feminista com a luta antirracista.

Na América Latina, o grupo Modernidade/Colonialidade, a partir do programa de investigação cuja proposta é inserir o continente no debate global sobre pós-colonialismo, denominou essa linha de pensamento como decolonial. (Ballestrin, 2017).

Para esse grupo, a análise dos processos históricos e culturais da colonização revelam heranças de processos multifacetados muito mais complexos que a independência econômica e política. Essa análise, denominada por Aníbal Quijano como “colonialidade do poder”, demonstra que raça e exploração do capital no contexto de exploração colonial latino-americano são inseparáveis na relação de poder que estabelecem. (Ballestrin, 2017).

Maria Lugones (Lugones, 2014), em seu trabalho *Rumo a um feminismo descolonial*, critica a compreensão da questão de gênero no trabalho de Quijano e acrescenta ao conceito “colonialidade do poder” a necessária atenção aos controles impostos sobre o sexo, a subjetividade e o conhecimento. Denomina esse sistema de “colonialidade de gênero”, afirmando ser este preservado até os dias atuais, embora os discursos pareçam apagar esse histórico. Propõe a noção de feminismo descolonial em que sugere “decretar uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada visando uma transformação vivida do social”. (Lugones, 2014: 940)

A autora procura compreender a violência sofrida pelas mulheres negras na intersecção raça, classe, gênero e sexualidade. Como a violência dos processos coloniais também traz consigo processos de resistência das subalternas, Lugones (2014) propõe um olhar não sujeitificado sobre elas, compreendidas como seres que habitam dois “lados” da opressão e da resistência – existindo como um locus fraturado.

O locus é fraturado pela presença que resiste à opressão, pela subjetividade ativa das subalternas “contra a invasão colonial de si próprios/as na comunidade desde o habitar-se a si mesmos/as”. (Lugones, 2014: 943).

Para Lugones, a resistência à colonialidade de gênero é feita cotidianamente pelo entendimento coletivo e compartilhado de ver e estar no mundo. A partir da produção do dia-a-dia, o próprio ser se constrói pelas suas experiências, modos de ser e estar no mundo, compartilhando sensações e experiências coletivamente. (Lugones, 2010:950). Os eventos cotidianos são importantes para revelar as múltiplas subjetividades daquelas que resistem e assim potencializar a própria luta feminista.

Assim, os modos de resistir são diversos e podem se dar pela adaptação, rejeição ou desconsideração ao projeto colonizador. Vão além de processos que visam uma mudança total daquela situação que gera opressão e incluem estratégias para modificar a vida cotidiana das subalternas. (Lugones, 2010: 949).

O contexto brasileiro deve servir de ancoragem para o posicionamento e a localização dos campos teóricos do feminismo e do decolonialismo, para que possibilite uma “reflexão local que possa dialogar com as discussões no âmbito global e internacional” (Almeida, 2013: 695) e seja capaz de “desfazer as assimetrias históricas que levaram a uma estrutura interligada e excludente de poder e conhecimento”. (Almeida, 2013: 695).

### **“Cara de empregada doméstica”: a construção da subjetividade das empregadas domésticas no Brasil**

Em agosto de 2013, a jornalista Micheline Borges escreveu em sua página do *Facebook* que as médicas cubanas tinham “cara de empregada doméstica”<sup>3</sup> por não terem “[...] postura, médico se impõe a partir da aparência”. (Fontana *et al.*, 2014: 168; Monticelli, 2017: 122). A partir dessa afirmação, é possível a reflexão acerca do significado de ter “cara de empregada doméstica”, em outras palavras, como se construiu a subjetividade das empregadas domésticas no Brasil e como foi/é representada.

Uma “cara de empregada doméstica” permitiria identificar essas mulheres a que socialmente foi atribuído um lugar subalterno nas relações de classe, gênero e raça. Há uma relação do sentido atribuído ao corpo humano biologicamente arquitetado (cara=face) que o liga ao corpo socialmente destinado a certo lugar. (Fontana *et al.*, 2014:

---

<sup>3</sup> O ano de 2013 foi marcado por dois importantes acontecimentos que se relacionam à afirmação dessa jornalista. A aprovação da Emenda Constitucional nº 66, que ficou conhecida como “PEC das empregadas domésticas”, ampliou direitos atribuídos aos demais trabalhadores às empregadas domésticas. E o lançamento do programa governamental “Mais Médicos”, cujo objetivo era contratar médicos para atuarem em cidades com carência. Esse programa contratou médicos cubanos.(Fontana *et al.* 2014).

172). Esse “lugar” que essas “caras” ocupam evidencia os sentidos atribuídos a ser empregada doméstica.

No Brasil, o processo de colonização foi sustentado pela escravidão de pessoas negras, constituindo-se como uma representação sobre os lugares e os papéis sociais que cada sujeito deveria assumir. Ao abandonarem a condição legal de escravos, a representação e os corpos dessas pessoas se mantiveram sob controle do padrão de dominação. (Bernardino-costa, 2015; Lugones, 2014).

Mesmo “livres”, as oportunidades de trabalho das pessoas negras seguiram a lógica de dominação e exploração. Muitas mulheres negras tiveram como única oportunidade os trabalhos domésticos, mantendo as atribuições e condições da época da escravidão. (Bernardino-costa, 2015).

Desde então, as posições sociais conferidas às mulheres negras fixaram uma divisão sexual e racial do trabalho reveladoras de eixos dinâmicos de opressão que remontam não apenas a uma “herança do nosso passado colonial, mas a um fenômeno retroalimentado pelas práticas cotidianas atuais”. (Bernardino-costa, 2015: 153). A representação subalterna das mulheres negras é revelada pelo fato de possuírem menor remuneração no mercado de trabalho e serem mais suscetíveis ao subemprego/desemprego.

A assimilação da condição social da mulher negra às relações de trabalho doméstico<sup>4</sup> permanece no Brasil, onde mais da metade dos empregados domésticos são mulheres negras.

A representação do próprio emprego doméstico permanece condicionada às suas origens escravocratas. Na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), de 1943, as empregadas domésticas não foram reconhecidas como uma categoria profissional. E, embora em 2013, com a aprovação da Emenda Constitucional nº 66, alguns desses direitos tenham sido conquistados<sup>5</sup>, o alto índice<sup>6</sup> de informalidade ainda hoje é um problema que as afeta.

---

<sup>4</sup> 17% das mulheres que ocupam empregos formalizados no Brasil estão no emprego doméstico. E do total de trabalhadores domésticos, 61% são mulheres pobres e negras que recebem baixos salários. (Bernardino-costa, 2015).

<sup>5</sup> As conquistas de direitos trabalhistas das empregadas domésticas perdem sua força com a sequência de perdas de direitos vivenciada no Brasil, com por exemplo, as reformas trabalhistas e previdenciárias.

<sup>6</sup> Apenas 32% dos empregados domésticos possuem formalização de seus direitos (carteira assinada) no país (PNAD, 2014 apud Legal, 2015).

Nessa realidade de opressão, há também uma subjetividade ativa e possibilidades de agenciamento em que as próprias domésticas buscam ressignificar as suas vidas e apresentar respostas de resistências.

A conquista de voz e espaço é capaz de romper com os comportamentos dominantes e opressores que construíram as subjetividades das empregadas domésticas como subalternas. Os valores e perspectivas pautados nas demandas das próprias domésticas podem simbolizar uma reconstrução desse emprego, desde a relação entre empregada e empregadora, numa dimensão micropolítica, como podem ressignificar a realização de trabalho doméstico e valorizá-lo.

### **Mudando a “cara de empregada doméstica” a partir da página *Eu empregada doméstica***

Em julho de 2016, Joyce Fernandes, conhecida como “Preta Rara”, criou uma *hashtag*, *Eu empregada doméstica*, para contar sua história como mulher negra e ex-empregada doméstica. Na sequência, criou no Facebook a página *Eu empregada doméstica*, dedicada a relatos e denúncias das domésticas e a divulgação de seus direitos.

A página em análise não é um espaço no âmbito da representação política, mas sim uma representação de significação das subalternas que, a partir de experiências cotidianas no emprego doméstico, se manifestam como uma forma de encenação de si mesmas. (Spivak, 2010). Trata-se de um espaço de fala dessas mulheres, entre elas e para elas. Esses eventos cotidianos são merecedores de reflexões, pois se encontram entrelaçados por relações mais abstratas, reveladas a partir das falas das subalternas. (Spivak, 2010).

Apesar da página ser de acesso público, não se constitui como espaço de debate com os empregadores, mas sim como um ambiente virtual onde essas mulheres falam, são ouvidas, entendidas e apoiadas entre seus pares.

Com o objetivo de compreender os processos de resistência das empregadas domésticas e identificar como eles se apresentam, foram analisadas 143 postagens realizadas no período de 21 de agosto de 2017 a 21 de março de 2018.

Desse total foram excluídas aquelas que tinham objetivo de promover a página e/ou a sua administradora e as notícias republicadas. Obedecendo ao critério de visibilidade, foram analisadas as cinco postagens mais curtidas e, dentre os comentários a cada postagem, aquele que também obteve maior número de manifestações.

Entre essas postagens, três são relatos de vidas como domésticas (Relato JW, RM e PR<sup>7</sup>), uma se refere à postagem de uma empregadora em seu perfil e compartilhada na página como denúncia de abuso (Relato FP) e a última é um relato feito pela filha de uma doméstica que descreve a experiência de trabalho da mãe (Relato AR). Sobre os cinco comentários analisados, em nenhum deles as mulheres que os fazem se identificam como domésticas. A partir da análise das publicações foram estabelecidas as seguintes categorias: i) representação subalterna das empregadas domésticas e ii) representação da subjetividade ativa das empregadas domésticas.

As narrativas desse espaço virtual descrevem relações *intragênero*, ou seja, entre empregada e empregadora. A figura da patroa é usada para descrever situações concretas e aparece implicitamente nos diálogos relatados, já a palavra patrão é utilizada no masculino genérico para contextualizar a relação de emprego. Uma das postagens descreve que “a *patroa* relutou mas sem alternativa aceitou...” (Relato RM), há outro afirmando que “(...) trabalhei em uma casa em que eu insistia para a *patroa* separar as roupas sujas (...)” (Relato da PR), “tinha o pão do patrão e o pão da empregada” (Relato RM).

### **Representação subalterna das empregadas domésticas**

Nessa categoria de análise considerou-se a forma subalterna como as domésticas são representadas nos discursos analisados.

As postagens evidenciam a representação da doméstica vinculada ao processo colonial, com referências diretas ao passado de escravidão pelo uso de termos como “sinhá”, “apartaid” e “cultura escravocrata”. A partir da concepção de colonialidade de gênero (Lugones, 2014) fica evidente como os processos históricos e culturais da colonização ainda revelam heranças e formulam narrativas que persistem arraigadas de opressão de gênero.

As práticas cotidianas denunciadas nos relatos remetem a traços desse passado escravagista, por exemplo, o pagamento de baixos salários, a excessiva carga de trabalho e outras formas de desrespeito aos direitos trabalhistas e, especialmente, a atribuição do lugar social a ser ocupado pelas domésticas no contexto da relação empregatícia.

Em um dos relatos, a empregada denuncia a empregadora que lhe demitiu por ter usado o banheiro e os talheres da casa (Relato JW), ocupando um lugar físico que não

---

<sup>7</sup>As identificações estabelecidas nesse trabalho são idênticas as que constam na página *Eu empregada doméstica* ou por uso de abreviações de nomes, quando esses são identificados na página.

poderia ser de quem está no lugar social atribuído a doméstica, numa versão “atual” da casa grande e da senzala. Esse foi o relato com maior número de manifestações, com mais de 5 mil “curtidas”.

Em outro relato, a divisão de lugares conformados a partir dos papéis sociais também é descrita: “Nunca ngm (sic) me ‘ensinou’ como se comportar na casa dos patrões, mas eu já sabia... nasci sabendo. Sabia o que podia ou não comer, sabia onde podia ou não me sentar sabia bem qual era o meu lugar.” (Relato RM)

O mesmo relato narra ainda a experiência de trabalho em um condomínio onde não se permitia “ter serviços circulando juntamente com os moradores”. (Relato RM).

Em todas as postagens fica evidenciada uma representação subalterna das empregadas domésticas. Expressão como “esse tipo de pessoa”, usada por uma patroa para se referir a doméstica em uma das postagens, demonstra a representação como a “outra” que essa mulher faz da doméstica. (Relato JW).

Ao contar uma experiência positiva no emprego em que sua mãe “acabou com a carteira assinada”, a autora de uma das postagens atribui um sentido de prêmio ao fato de ter a “carteira assinada”, apesar desse ser um direito trabalhista. Isso denota uma representação subalternizada da doméstica, como se o respeito ao direito não lhe fosse devido, mas uma benesse concedida.

A valoração dessas mulheres, independentemente do trabalho que prestam, está vinculada a uma construção desvalorizada da sua subjetividade. Esse fato é visto em fala como a da empregadora que desconsidera o fato do trabalho da doméstica ter sido “bem feito” e a demite por ter utilizado o banheiro e talheres de sua casa ou em uma fala em que outra empregadora assume ter pago pelos serviços prestados um valor menor do que o merecido. (Relatos PR e FP). Esses exemplos realçam a dimensão subjetiva de representação subalterna da empregada e não a dimensão prática do trabalho realizado por ela.

### **Representação da subjetividade ativa das empregadas domésticas**

Para Lugones (2014), a presença que resiste à opressão por meio da subjetividade ativa das subalternas é capaz de causar uma fratura e promover transformações. Em relação às domésticas, essas fraturas são vistas a partir de micro-resistências cotidianas para reconstruir o emprego e a relação entre empregadas e empregadoras de forma a valorizar o trabalho doméstico e ressignificar a forma como essas mulheres são representadas.

Os diversos modos de resistência já *supra* mencionados, como rejeição e adaptação ao projeto colonizador, não devem ser vistos de maneira isolada por serem “performados por um sujeito ativo construído pelo habitar da diferença colonial, como um locus fraturado”. (Lugones, 2014: 948).

As respostas às tentativas de definições de lugares e papéis sociais destinados às empregadas ocuparem são encontradas em muitas publicações de maneira direta ou indireta. Muitas falas expressam sentimento de *indignação*, *vingança*, *resignação* e *ironia* e a maior parte delas revelam o desejo de romper com a representação subalterna.

Em um relato, a despeito de afirmar que “sabia seu lugar”, o fato de o ter compartilhado conota que a doméstica não concorda e rejeita a divisão de espaços que poderia frequentar, muito embora a regra do condomínio em que trabalha seja por ela acatada: “para que isso não gere mais constrangimento e pq (sic) em breve não estaremos mais trabalhando aqui.”. (Relato RM).

Em outros relatos, é demonstrado o desejo de ultrapassar a representação condicionada à escravidão e a indignação com as violações de direitos e humilhações sofridas. Há descontentamento, respostas e posicionamentos que reconfiguram o ser empregada, revelando a subjetividade ativa dessas mulheres e tentativa de reconstrução desse emprego. “Trabalhei em uma casa que eu insistia para a patroa separar as roupas sujas. E eu falava como vou saber o que tá limpo e o que tá sujo. E ela respondia: Cheira ué, esse é seu serviço.” (Relato PR)

Ao afirmar que insistia para que a patroa separasse as roupas sujas, essa narrativa revela as agências e tentativas de reconstrução de uma relação respeitosa, rejeitando a humilhação e a representação escravocrata.

Nos comentários feitos às denúncias apresentadas, há muitas demonstrações de empatia e solidariedade de quem lê. Muitas mulheres utilizam os comentários para contarem como reagiriam em situações semelhantes, valendo-se da ironia para demonstrar sua indignação e sentimento de vingança. Nesse comentário ao relato *supra* isso fica evidente: “Eu atacava (sic) tudo na máquina e deixava ela sem roupa pra vestir. E qdo ela reclamasse diria, ue não era pra cheirar? Estavam todas fedidas! !!! Kkkkkkkk.” (Relato SB)

“Não somos inferiores” (Relato JW), “trabalhei igual condenada e não tinha direito de utilizar nem o banheiro?” (Relato JW) são frases que demonstram a rejeição da forma como construiu-se a subjetividade das domésticas a partir de um sentimento de indignação.

Há demonstrações de resistência como formas de adaptação à condição de empregada doméstica, como se percebe na afirmação “me conformei em trabalhar o dia todo” ou “entre eu e a liberdade há uma grade” (Relatos RM). Porém, embora sejam comentários que possam apresentar um sentido de resignação, ao serem analisados a partir de toda a narrativa descrita na página, e considerando a intencionalidade de partilha com outras domésticas, podem significar uma reação e rejeição da forma como essas mulheres são representadas, em especial por suas empregadoras.

A importância dessas narrativas é a de demonstrar que muitas domésticas desconstruem a sua representação de subalterna e submissa a partir de posturas assertivas e denunciativas diante das exigências abusivas das empregadoras e ultrapassam a construção de vítimas por não serem conformadas e submissas a essas agressões.

### **Reflexões finais**

Os discursos e as práticas de opressão e dominação racial, da exploração econômica e da exclusão social passaram a ganhar visibilidade no debate público brasileiro e abriram espaço para a discussão sobre a igualdade de direitos entre empregadas domésticas e não-domésticas.

A página *Eu empregada doméstica* se inscreve com força na atualidade de vários acontecimentos discursivos sobre o ser empregada doméstica no Brasil, disputando sentidos por meio da análise e da denúncia dos enunciados naturalizados pelo discurso que remetem à colonialidade de gênero. Esse espaço virtual configura-se como uma das maneiras pelas quais ter “cara de empregada doméstica” no Brasil pode assumir novos sentidos. Nele, as domésticas se apresentam e são representadas, em resposta às formas violentas como são construídas suas representações, não como vítimas, mas como pessoas com condições de trabalho, de resistência e de construir histórias.

Nas declarações publicadas na página, cada uma dessas mulheres apresentam desejos diferentes, afirmando suas singularidades que as definem como seres únicos e não como categorias socialmente construídas, seja como “Mulher Universal” seja como “Subalternas”. São todas e cada uma delas mulheres com experiências de vida peculiares que as definem e as constroem.

A página *Eu empregada doméstica* é um espaço criativo de micro-resistências múltiplas em que, a partir de experiências individuais, de histórias de vidas, muitas mulheres se constroem e reconstróem, ressignificando o ser empregada doméstica no

Brasil através de um coletivo que se inscreve a partir da coincidência de suas estratégias de fala e de luta.

## **Bibliografia**

- Almeida, Sandra (2013), “Intervenções Feministas: Pós-Colonialismo, Poder e Subalternidade”, *Estudos Feministas* 21 (2), 689–700. Consultado em 25.01.2018. em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0104-026X2013000200019&lng=es&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-026X2013000200019&lng=es&nrm=iso&tlng=pt).
- Bahri, Deepika (2013), “Feminismo E / No Pós-Colonialismo”, *Revista Estudos Feministas, Florianópolis* 21 (2), 659–688. Consultado em 20.01.2018 em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000200018/25791>.
- Ballestrin, Luciana (2017), “Feminismos Subalternos: contribuições, tensões e limites”, *Rev. Estud. Fem. [Online]*. 25 (January):1035–54. Consultado em 20.01.2018 em [https://www.researchgate.net/profile/Luciana\\_Ballestrin/publication/312210600\\_Feminismos\\_Subalternos/links/58763cb108ae8fce492dcc08/Feminismos-Subalternos.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Luciana_Ballestrin/publication/312210600_Feminismos_Subalternos/links/58763cb108ae8fce492dcc08/Feminismos-Subalternos.pdf)
- Bernardino-costa, Joaze (2015), “Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil”, *Revista Sociedade e Estado* 30:147–163. Consultado em 10.01.2018 em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922015000100147](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922015000100147).
- Carneiro, Sueli (2003) “Mulheres Em Movimento”, *Estudos Avançados* 17 (49):117–133. Consultado em 10.01.2018 em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142003000300008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008).
- Fontana, Mônica G. Zoppi; Cestari, Mariana Jafet (2014), “‘Cara de Empregada Doméstica’: Discursos Sobre Os Corpos de Mulheres Negras No Brasil”, *Revista Rua (on Line)*, 8:167–185.
- Legal, Instituto Doméstica (2015), “Retrato Do Emprego Doméstico No Brasil – PNAD 2014”, *Instituto Doméstica Legal*, no. 21. Consultado em 15.12.2017 em [http://www.domesticalegal.org.br/Retrato\\_Emprego\\_Doméstico\\_Brasileiro\\_-\\_PNAD\\_2014.pdf](http://www.domesticalegal.org.br/Retrato_Emprego_Doméstico_Brasileiro_-_PNAD_2014.pdf).
- Lugones, María (2014), “Rumo a um feminismo descolonial”, *Revista Estudos*

- Feministas, Florianópolis* 22 (3):935–952. Consultado em 10.01.2018 em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>.
- Lugones, María (2010), “Toward a Decolonial Feminism”, *Hypatia*, 25(4):742–759, 2010. Consultado em 20.03.2018 em [https://www.jstor.org/stable/40928654?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/40928654?seq=1#page_scan_tab_contents).
- Martins, Catarina (2016), “Nós e as Mulheres dos Outros”. Feminismos entre o Norte e a África.” *Geometrias Da Memória: Configurações Pós-Coloniais*, 1–27.
- Mohanty, Chandra Talpade (2008 [1986]), “Bajo Los Ojos de Occidente. Academia Feminista Y Discurso Colonial”, *Descolonizando El Feminismo: Teorías Y Prácticas Desde Los Márgenes*, edited by Liliana Suárez Navaz and Aída Hernández, 1:1–23. Madrid.
- Monticelli, Thays Almeida (2017). “Eu não trato Empregada Doméstica como empregadas’: Empregadoras e o desafio do trabalho doméstico remunerado.” Universidade Federal do Paraná. Consultado em 15.12.18 em [https://www.academia.edu/33038479/EU\\_NÃO\\_TRATO\\_EMPREGADA\\_COM\\_O\\_EMPREGADA\\_EMPREGADORAS\\_E\\_O\\_DESAFIO\\_DO\\_TRABALHO\\_DO\\_MÉSTICO\\_REMUNERADO](https://www.academia.edu/33038479/EU_NÃO_TRATO_EMPREGADA_COM_O_EMPREGADA_EMPREGADORAS_E_O_DESAFIO_DO_TRABALHO_DO_MÉSTICO_REMUNERADO).
- Spivak, Gayatri Chakravorty (2010 [1988]). *Pode O Subalterno Falar*. Edited by Editora UFMG. Translated by Sandra Regina Goulard Almeida, Marcos Pereira Feitosa, and André Pereira Feitosa. Belo Horizonte.